

IOF-crédito sobre as cessões de crédito: desconto de títulos, *factoring* e solução de divergência COSIT nº 9/2016

Luís Eduardo Schoueri, Guilherme Galdino	9
Introdução.....	9
1 Origem e desenvolvimento do IOF: sua vocação como instrumento de intervenção sobre o Domínio Econômico.....	10
1.1 A Reforma do Sistema Tributário pela EC nº 18/1965: o nascimento do IOF.....	11
1.1.1 A instituição do IOF pela Lei nº 5.143/1966.....	14
1.1.2 O IOF no Código Tributário Nacional.....	15
1.2 O IOF na Constituição Federal de 1967 e a partir da EC nº 1/1969.....	16
1.3 O IOF na Constituição Federal de 1988.....	18
1.4 Extrafiscalidade do IOF e as suas três fases.....	20
2 O IOF-crédito no campo infraconstitucional: em busca de uma definição de operação de crédito.....	23
2.1 A definição de operações de crédito pelo CTN.....	24
2.1.1 Breves considerações acerca das operações de crédito na lei ordinária.....	27
3 IOF-crédito sobre cessão de crédito.....	29
3.1 Da não incidência do IOF-crédito sobre o desconto de títulos.....	29
3.1.1 Da natureza do desconto de títulos: um exemplo de cessão de crédito.....	29
3.1.2 Desconto de títulos não constitui uma operação de crédito.....	35
3.2 Da não incidência do IOF-crédito sobre operações de <i>factoring</i>	37
3.2.1 <i>Factoring</i> não constitui uma operação de crédito.....	37
3.2.2 <i>Factoring</i> e o escopo pessoal do IOF.....	41
3.3 Da não incidência do IOF-crédito na hipótese descrita pela Solução de Divergência Cosit nº 9/2016.....	42
3.3.1 Da Solução de Divergência Cosit nº 9/2016.....	43
3.3.2 Cessão de crédito com ou sem coobrigação não constitui operação de crédito.....	44
Conclusão.....	45
Referências.....	48

Escólio sobre decisões do STF relativas à incidência do IPTU sobre imóveis públicos arrendados para fins empresariais e os seus eventuais desdobramentos

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	53
1 Introdução.....	53
2 As decisões do STF no RE-RG nº 594.015/SP e no RE-RG nº 601.720/RJ e suas possíveis extensões.....	54
3 Conclusão.....	69
Referências.....	73

A manutenção de créditos de ICMS nas operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo

Ricardo Lodi Ribeiro	75
1 Introdução.....	75
2 A intributabilidade das operações interestaduais com petróleo.....	76
3 A natureza jurídica da regra do art. 155, II, 2º, X, "b", CF.....	77
4 A distinção entre imunidade, isenção e não incidência em sentido estrito e a manutenção do direito de crédito no ICMS.....	82
5 A moldura constitucional do ICMS e o princípio da não cumulatividade do imposto....	84
6 A não cumulatividade e o estorno de crédito nas operações que não sofrem incidência do imposto.....	86
7 A inaplicabilidade do estorno de crédito nas operações imunes.....	87
8 A manutenção do crédito pelo art. 33. do Convênio ICMS nº 66/88.....	90
9 A manutenção dos créditos no regime da LC nº 87/96.....	94
10 Conclusões.....	95

Ágio nas reorganizações societárias no âmbito da Lei nº 9.532, de 1997, e a jurisprudência atual do CARF

André Mendes de Moura, Marcos Aurélio Pereira Valadão	97
1 Introdução.....	97
2 Conceito contábil e tributário.....	99
3 Aproveitamento do ágio como despesa.....	102
4 Hipótese de incidência da norma tributária.....	106
5 Operações sob avaliação.....	111
6 A mudança da fundamentação das decisões do CARF.....	116
7 Considerações finais.....	120
Referências.....	121

Imunidade das entidades beneficentes de assistência social: a relevante participação do Ministro Teori Zavascki e as incertezas ainda existentes

Rafael Santiago Costa	123
Introdução.....	123
1 Objeto e tramitação da ADI nº 2.028.....	125
2 A relevante participação do Ministro Teori Zavascki.....	127
3 Dúvidas ainda existentes sobre os julgados.....	138
Considerações finais.....	141
Referências.....	142

Incidência (ou não) de ICMS sobre os encargos financeiros nas vendas a prazo e sobre garantia estendida

André Mendes Moreira, Marina Machado Marques	143
Introdução.....	143
1 Breves considerações sobre o ICMS.....	144
2 Da relação entre a base de cálculo de um tributo e sua hipótese de incidência.....	146
3 Da base de cálculo do ICMS-mercadorias.....	147
4 Da incidência do ICMS sobre os juros: venda financiada e venda a prazo.....	148
4.1 A venda à vista de mercadorias e a base de cálculo do ICMS.....	149
4.2 A venda financiada de mercadorias e a base de cálculo do ICMS.....	150
4.3 A venda a prazo de mercadorias e a base de cálculo do ICMS.....	153
5 Da incidência de ICMS sobre os seguros: garantia estendida.....	156

5.1	Da natureza jurídica da garantia estendida.....	158
5.2	Da operacionalização comercial da venda do seguro de garantia estendida	160
5.3	Da possibilidade de incidência de outros tributos: IOF e ISSQN	161
5.4	Da não incidência do ICMS sobre o seguro de garantia estendida.....	161
	Considerações finais	165

A Convenção Multilateral da OCDE e a Ação 15 do Projeto BEPS

Sergio André Rocha, Ramon Tomazela Santos	167	
1	Introdução	167
2	A Convenção Multilateral e a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados	171
3	A Declaração Explicativa ("Explanatory Statement") da Convenção Multilateral e a sua relevância no processo de interpretação	175
4	Análise geral da Convenção Multilateral	178
4.1	Os descasamentos híbridos.....	178
4.2	Uso indevido dos tratados internacionais	182
4.3	Alteração do conceito de estabelecimento permanente	187
4.4	Os mecanismos de solução de controvérsias	190
5	A ausência do Brasil na cerimônia de assinatura da Convenção Multilateral	195
6	Conclusões	196